

MARCHA DAS VADIAS: SUAS REPRESENTAÇÕES, ENGAJAMENTOS E CONFLITOS

Isadora Costa Mendes* (PG) – isadoramendes@live.com, Lúcia Gonçalves de Freitas (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás - Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiá - Anápolis-GO)

Resumo: Este artigo busca refletir sobre as representações/performances das integrantes da Marcha das Vadias de Goiânia, em suas versões 2014-2015, que dão visibilidade ao evento como um movimento feminista. Bem como entender o que é a Marcha das Vadias em Goiânia, sua história e sua relação com os movimentos sociais em geral e com o movimento feminista em particular, analisar as possibilidades pedagógicas da Marcha como um instrumento de educação feminista e identificar os diferentes discursos e correntes feministas que a Marcha representa, seus engajamentos e conflitos. Trata-se do recorte de uma pesquisa de dissertação em construção, interdisciplinar, que se pautará nos campos de estudo dos movimentos sociais, movimentos feministas e Análise Pós-Estruturalista Feminista do Discurso (APEFD).

Palavras-chave: Marcha das Vadias. Movimentos sociais. Movimentos feministas. Análise Pós-Estruturalista Feminista do Discurso (APEFD).

Introdução

Este trabalho tem como linhas gerais traçar um percurso histórico e teórico-metodológico feminista. O interesse em pesquisar essa temática, justifica-se por uma inquietação pessoal em entender o caráter da Marcha das Vadias, e sua representação para os movimentos feministas, bem como seus impactos na visibilidade deste manifesto.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar as representações/performances das integrantes da Marcha das Vadias de Goiânia, em suas versões 2014-2015, que dão visibilidade ao evento como um movimento feminista, e apresenta como objetivos específicos, entender o que é a Marcha das Vadias em Goiânia, sua história e sua relação com os movimentos sociais em geral e com o movimento feminista em particular; analisar as possibilidades pedagógicas da Marcha como um instrumento de educação feminista; e identificar os diferentes

discursos e correntes feministas que a Marcha representa, seus engajamentos e conflitos.

Este artigo é um recorte da dissertação (em construção) a qual se dedica a temática e os objetivos. Está estruturado em quatro tópicos que consistem em: a Marcha das Vadias como um movimento feminista no cenário dos “novos movimentos sociais”; as possibilidades educativas (pedagógicas) da Marcha das Vadias; a Marcha e seus discursos; e metodologia.

Material e Métodos

Como metodologia de análise dos discursos de recepção das sujeitas da pesquisa, bem como da Marcha, em seus elementos performáticos e de representação, nos apropriaremos de uma corrente de estudos pensada sob um viés epistemológico feminista. Trata-se de uma proposta que problematiza o padrão hegemônico patriarcal de pesquisas acadêmicas, além de desafiar um olhar crítico e atento para as questões sociais específicas que distinguem os sujeitos, como classe, raça, gênero, sexualidade, aspectos geográficos.

A Análise Pós-Estruturalista Feminista do Discurso (APEFD) é representada principalmente pela teórica feminista Judith Baxter que tem percebido um grande interesse de pesquisas internacionais nesta área como uma abordagem teórica e metodológica para os estudos de gênero e linguagem. Em sua obra *Positioning Gender in Discourse: A Feminist Methodology*, publicada em 2003, a autora buscou definir a APEFD, fundamentada principalmente nos estudos formalistas de Bakhtin (1981), nos pós-estruturalistas Foucault (1980) e Derrida (1987) para relacionar as questões de discurso e poder, e nos trabalhos feministas de Weedon (1997) e Walketdine (1998) (Baxter, 2008). Assim, Baxter define a APEFD como:

Uma abordagem para analisar discursos intertextualizados na interação falada e outros tipos de texto. Isto baseia-se nos princípios pós-estruturalistas de complexidade, pluralidade, ambiguidade, conexão, reconhecimento, diversidade, linguagem textual, funcionalidade e transformação. A perspectiva feminista no pós-estruturalista da análise do discurso considera diferenciação de gênero a ser um discurso dominante entre discursos concorrentes ao analisar todos os tipos de texto. A APEFD considera a diferenciação de gênero nos discursos mais difundidos em muitas culturas em termos de seu poder sistemático de discriminar os seres humanos de acordo com seu gênero e sexualidade (BAXTER, 2008, p. 4).

Esta autora a concebe como “uma abordagem “suplementar”, simultaneamente complementando e minando outros métodos” (BAXTER, 2008, p. 3). Por uma perspectiva teórica, Baxter (2008) afirma que a APEFD tem ligações paralelas a ADC feminista proposta por Lazar (2005), por compartilharem um princípio fundamental que é a construção discursiva da subjetividade, que utiliza conceitos basilares aparados na Teoria da Performatividade de Judith Butler (1990).

Destacando questões semelhantes entre as duas abordagens, Baxter (2008, p. 6) ressalta: o “discurso como prática social” por meio da linguagem em uso (Cameron, 2001); “a performatividade” gênero como algo feito pelas pessoas e não característica; a “diversidade e multiplicidade de identidade dos oradores” sexo e gênero, embora categorias potencialmente significativas, como variadas características culturais; a “construção de significado dentro das configurações ou comunidades de prática”; “interesse em desconstrução” como trabalhar as questões de poder binário (mulher/homem) na construção das identidades dentro de discursos e textos; a “interdiscursividade”, maneiras de um discurso ou texto estar sempre entrelaçado a outro; e “a necessidade da auto-reflexividade”, questionamentos sobre valores e suposições propostas pela análise do discurso.

Por fim, quanto à questão metodológica, a APEFD se desenvolve como uma abordagem de dados significativamente diferentes das demais abordagens da análise do discurso. Como esclarece Baxter (2008), fundamentada no conceito de “polifonia” de Bakhtin (1981) a APEFD visa proporcionar múltiplas vozes e relatos distintos como os participantes da pesquisa, com um mínimo de entrelaçamento usual de comentários autorais, eles podem em seguida, fazer seus próprios comentários, completando um ao outro. Propicia também, como característica metodológica, o princípio de “heteroglossia” de Bakhtin (1981), que visa incluir e criar espaço para vozes que de outra forma seriam silenciadas, vozes de pessoas que nunca falam.

Na utilização destes princípios pós-estruturalistas Baxter (2008) afirma que o interesse principal das pesquisas que utilizam esta ferramenta teórica e metodológica, é, portanto, a busca de riqueza e pluralidade de significados. É neste sentido que as análises desta pesquisa serão pautadas.

Resultados e Discussão

O feminismo é um movimento político e social centralizado na busca pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, caracterizado por um discurso que questiona a condição de subordinação imposta às mulheres, e divide-se em facetas que propõem diferentes correntes de luta e de representação.

Sobre este assunto, Costa e Sardenberg (2008) esclarecem que:

A subordinação da mulher, além de ser um fenômeno milenar e universal, constitui-se, também, na primeira forma de opressão na história da humanidade. Em contraste, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca dessa opressão específica, assim como das lutas pela liberação da mulher, são fenômenos relativamente recentes. Só começam a se esboçar a partir do século XVII, com o raiar da modernidade, delineando-se com maior nitidez e amplitude somente nas últimas décadas (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 23).

Essas autoras ressaltam que os movimentos feministas originários de uma consciência feminista iniciaram-se na Europa, especificamente na França e na Inglaterra, no momento em que a sociedade vivia uma grande transformação no sistema econômico, a inserção do capitalismo. Neste momento, foram estabelecidas ideias liberais advindas das manifestações burguesas no auge da Revolução Francesa em 1789, e, em seguida estabelecida a Declaração dos Direitos dos Homens, que colocavam a mulher numa condição de filha, esposa e com únicas funções domésticas. Neste processo foram negados direitos básicos às mulheres, como cidadania, sindicalização, condições de trabalho e garantia de salário (Costa; Sardenberg, 2008).

Estudar as performances feministas na Marcha das Vadias demanda uma compreensão prévia sobre o movimento como um movimento social. Há quem pergunte se a Marcha é ou não é um movimento dessa natureza. A dúvida advém das próprias mudanças em relação ao que se entende atualmente como movimentos sociais. Neste tópico, procuramos desfazer as interrogações, retomando a trajetória do que teoricamente em campos como a sociologia e ciências sociais tem sido considerado “movimentos sociais” para os “novos movimentos sociais”, termo que distingue.

Atualmente, algumas teóricas como a Maria da Glória Gohn (2011; 2012), Nilma Gomes (2011) e Karine Goss e Kelly Prudencio (2004), discutem a possibilidade de pensar em novos movimentos sociais que evidenciam algumas mudanças transitórias no caráter dos movimentos sociais. Trazem, em sua

fundamentação, outros conceitos e formas de reivindicação baseadas no reconhecimento de sujeitos com diferentes identidades.

Laclau (1986) reforça que os novos movimentos sociais nascem dos interesses centrados em questões identitárias. O que diferencia esses novos movimentos sociais dos precedentes, é que não se baseiam totalmente em um modelo de sociedade androcentrico, patriarcal e heteronormativo. Para ele, estes movimentos deixaram de lado três aspectos que antes eram fundamentais para nortear os movimentos: a estrutura social, que determinava a categoria dos atores: burgueses, camponeses e trabalhadores; o tipo de conflito, o socialismo como um tema objetivo guiando as lutas; e, os pequenos espaços de conflitos por manterem uma política fechada. Por fim, os novos movimentos sociais se opõem a esses três aspectos, assumindo uma postura política aberta e não específica.

Os novos movimentos sociais têm identidades baseados em raça, gênero, geração, questões de classe, diferentemente do viés dos movimentos sociais, que a princípio se uniam pelo ideal marxista, com foco identitário apenas as questões de classe. Vale ressaltar que essas questões continuam permeando as identidades, contudo, não como universalista. Se articulam por meio de um projeto de vida e sociedade que tem contribuído historicamente para a construção de reformas e valores na sociedade (Gohn, 2011). Estes novos movimentos sociais estão em busca da construção de uma sociedade democrática fundamentada no reconhecimento dos diversos atores. Para a autora:

[...] suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma resignificação dos ideais clássicos desigualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania (GOHN, 2011, p. 5).

Assim, essas ações e movimentos de resistência lutam pelo direito de liberdade social e pela democratização das relações. Por isso, não desejam um modelo a ser seguido, mas sim a possibilidade de expressar identidades e valores individuais e coletivos.

Para Goss e Prudencio (2004, p. 82),

Os movimentos sociais de cunho identitário são exemplos emblemáticos, apesar de lutarem pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, o tipo de debate que eles provocam na sociedade acaba tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico. Isso está ocorrendo na Europa Ocidental com os descendentes de imigrantes (caribenhos, asiáticos, indianos, turcos, africanos, entre outros) que reivindicam direitos sociais e a importância de manifestar publicamente sua diversidade cultural.

Temas como mulheres e suas inúmeras interfaces, questões de gênero, orientação sexual e relações étnico raciais são as principais causas dos novos movimentos sociais.

Sobre este assunto, Costa e Sardenberg (2008, p. 29) ressaltam que os movimentos feministas contemporâneos, podendo também se identificar com os novos movimentos sociais, vão além de questões civis e jurídicas, estes se comprometem com a busca de uma transformação mais profunda da sociedade, “o feminismo tem que travar uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho etc”. É a busca por uma (des) construção diária entre as próprias mulheres que precisam tomar consciência do seu processo histórico de repressão e discriminação social, reconhecendo suas possibilidades.

Portanto, a Marcha das Vadias é um movimento feminista que encontra características nos novos movimentos sociais, uma vez representa luta pelos direitos das mulheres. Apresentam em seus elementos performáticos reivindicações alinhadas às questões de subordinação e violência contra a mulher, combate ao patriarcado, a cultura do estupro, a LGBTQfobia, dentre outras demandas.

Para Gohn (2012), dentro das ações coletivas que caracterizam os movimentos sociais, há processos educativos informais, que acontecem na troca de valores e códigos apreendidos por meio das relações que se estabelecem entre os sujeitos que participam do movimento.

Para essa compreensão, é preciso considerar uma concepção de educação que vá além da escolarização. Delari (2000, apud Almeida, 2009, p. 147) aborda a relação entre educação e caráter histórico-cultural dos sujeitos:

Por educação não estamos entendendo apenas a escolarização [...]. Pode-se conceber a educação como algo propriamente humano, porque só os seres humanos se educam, só os seres humanos constituem sua própria existência a partir de processos de significação pelos quais passam a ser inseridos num determinado universo histórico e cultural. Então pela linguagem vamos aprendendo a ser o que somos na relação com os grupos culturais nos quais somos inscritos desde que nascemos. Ora a educação ganha um caráter antropológico mais amplo, pois é tratada essencialmente como relação social mediada pela linguagem, relação pela qual cada um, mediante o confronto com um outro, pode recriar em si aquilo que toda a sua sociedade criou ao longo da história de suas lutas, alianças, derrotas e conquistas.

Neste sentido, os movimentos sociais são processos educativos que se dão a partir das práticas culturais e coletivas, que nem sempre são planejadas como uma função específica de educar. Tratando-se de uma educação informal que se difere da educação formal e informal, pois esta é conceituada como “processo pedagógico” de responsabilidade da escola, enquanto aquela é tida como um processo mais amplo, segundo Gohn (2012).

Para tanto, os movimentos sociais são processos educativos para além das instituições escolares, e os sujeitos que participam desse processo de educação informal, constituem-se como sujeitos no próprio movimento. Além de ações coletivas que visam às lutas por questões sociais, estes movimentos têm caráter sócio educativo.

Contudo, a grande questão que norteia esta pesquisa é entender qual o papel que a Marcha desenvolve neste processo, portanto, a Marcha das Vadias promove uma “educação” feminista?

As possibilidades educativas da Marcha podem ser encontradas nos atos de composição da Marcha, onde as mulheres se encontram, momentos antes de marcharem, para a confecção dos cartazes que serão expostos, para a troca de experiências e informações entre elas, para a caracterização elaborada de pinturas e escritas em seus corpos, feitas por elas mesmas, para a organização das performances artísticas, sejam elas teatrais, figurativas e musicais, que acontece durante a manifestação. Bem como, nas falas livres no palco do carro de som, e nas músicas e rimas feministas cantadas/gritadas pelas mulheres que caracterizam o manifesto.

A Marcha das Vadias teve início no dia 03 abril de 2011 em um contexto universitário. A Universidade de Toronto, no Canadá, vivia um momento de festas que aconteciam dentro do campus da universidade, acompanhadas de boatos de

estupros que estavam acontecendo com as jovens estudantes durante estas festas. Em decorrência a este fato, Jaclyn Friedmanna foi estuprada por um grupo de alunos da universidade, e encontrada pela manhã no centro do campus. Na ocorrência, a jovem não quis fazer denúncia, justificando que muitas pessoas estavam dizendo que a própria era a culpada pelo ocorrido, por estar bebendo e por vestir-se de forma inadequada.

Inicialmente os agressores foram expulsos da universidade, porém, dias depois, readmitidos e impunes. Como medida de prevenção e proteção, as estudantes do campus exigiram um posicionamento da universidade e foram atendidas com uma palestra que discutiria os casos de estupro, especialmente da jovem Jaclyn. Na ocasião, todas foram surpreendidas com a fala do policial Michael Sanguinetti, que se expressou dizendo que “para evitar risco de estupro no campus, as meninas deveriam parar de se vestir e agir como sluts (vadias)”.

Esta discussão, que reuniu em torno de 3 mil mulheres, foi levada para as ruas como forma de manifestação em favor às mulheres que tinham seus corpos e direitos violados por questões sociais e históricas, e ainda, eram culpabilizadas pela violência que sofriam. O manifesto, então, assumiu um caráter de luta de mulheres que reivindicavam pelo direito de pensar e se expressar livremente, em seus modos de agir e de se portar, bem como contra a discriminação sexual, de gênero, e a toda e qualquer violência contra a mulher. A Marcha das Vadias se opõe ao machismo, à dominação do patriarcado e a desvalorização da mulher.

Este manifesto acontece em Goiânia também desde 2011, geralmente no centro da cidade. A primeira edição foi mobilizada por um grupo de jovens que ocupavam o cenário punk rock da cidade, onde recorrentemente era evidenciado por casos graves de machismo. Desta iniciativa, foram elaborados grupos de discussões cotidianas sobre as vivências de diferentes mulheres, e com embasamentos em estudo teóricos abarcando temas como feminismos, gênero, sexualidade e violência. Este ritmo tem se mantido todos os anos seguinte, exceto em 2016. Acontecem, geralmente ao final do segundo semestre e conta com cerca de 400 a 500 participantes todos os anos.

Como forma de manifestação, denuncia e expressão, as mulheres, neste dia, buscam pela liberdade plena em seus comportamentos, escrevem cartazes com reivindicações, pintam e expõem os seus corpos. Produzem uma maneira bem própria

de se manifestarem, principalmente pelo uso do corpo, carregado de histórias e marcados por questões sociais.

Assim, entendendo que a Marcha é polifônica, representa correntes feministas específicas e seus discursos, é relevante estabelecer que feminismo é um movimento plural, rodeado de diferentes correntes e discursos feministas. Deve-se ressaltar os principais pontos que diferem essas correntes pensadas em teorias e práticas feministas. Segundo Ferreira (2015) refletir sobre o feminismo sem pensar em uma condição plural deste movimento é negar a luta histórica das mulheres pela visibilidade de suas identidades, portanto, feminismos.

Considerações Finais

Um dos aspectos que impulsiona este trabalho é o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que envolvam questões de raça, etnia, gênero e sexualidade, e que hajam em prol da equidade de direitos entre mulheres e homens (brancas, negras, ciganas e indígenas) a vista de uma sociedade predominantemente, heteronormativa, racista e patriarcal.

Assim, quando optamos por trazer como subsídios teóricos e questões relacionadas à educação e linguagem, buscamos mostrar como esses processos são importantes na construção das relações sociais, bem como da Marcha das Vadias. Reconhecê-la e entende-la como um importante movimento feminista reforça a ideia de que sua representação vai além da forma como é reportada na mídia. A Marcha é um movimento feminista que se caracteriza dentro dos novos movimentos sociais e que possui um papel social educador e emancipatório.

Este artigo é recorte de uma pesquisa interdisciplinar que busca refletir sobre parâmetros educacionais e de linguagem, no âmbito dos movimentos sociais, movimentos feministas e Análise Pós-Estruturalista Feminista do Discurso (APEFD). Para isso, é necessário compreender a importância de uma postura feminista nesta pesquisa, e que conta com estudos já realizadas por grandes teóricas feministas.

Referências

ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. Revista Científica Eccos, Vol. 11, nº. 11, 2009.

BAXTER, J. A. Feminist Post-Structuralist Discourse Analysis: a new theoretical and methodological approach? In: Gender and Language Research Methodologies, 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/117557.pdf>>

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. Introdução: O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In. COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria (org). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: NEIM/UFBA. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Nilma Lima. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Minas Gerais, 2011.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1, 2004.

FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo. Labor, Rio de Janeiro, 1976.

KARAWEJCZYKA, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo pátrio de Leonilda Figueiredo Daltro. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 40, /n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/15391/12462>>.

LACLAU, Ernesto. Os movimentos sociais e a pluralidade social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1 (3), -17, 1986.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. Lua nova, n 17, p. 49-66. São Paulo, 1989.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 7-42, 2002.

TCHALIAN, V. Territórios políticos, tensionamentos contemporâneos: corpo, gênero e performance. Dissertação de mestrado, Cuiabá, 2015.